



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

010. PROVA OBJETIVA

CONTADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

Um retorno necessário na estrada da vida

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é o retorno necessário para que rumos possam ser alterados na estrada da vida de milhões de jovens, adultos e idosos brasileiros. Os dados divulgados por órgãos oficiais revelam o tamanho do desafio que ainda enfrentamos em relação à não escolarização dessa população no Brasil. O conjunto compreendido pelas 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que são analfabetas e os 70 milhões de jovens, adultos e idosos trabalhadores com 18 anos ou mais que não concluíram a educação básica conforma a demanda potencial pela EJA.

É um contingente desafiador que representa quase sete vezes a população total hoje de Portugal, país do qual fomos colônia por mais de três séculos e de quem herdamos, entre outras mazelas, um descaso pela garantia do acesso à escola para todas as pessoas. O analfabetismo e a baixa escolaridade da população jovem, adulta e idosa ainda marcam a história deste país, que, tendo proclamado a República em 1889, não tornou ainda republicana a garantia de direitos fundamentais, como o acesso à educação às pessoas pobres, pretas e periféricas.

Entre as 122.469 escolas que ofertam educação básica, apenas 30.188 (24,6%) ofertam a modalidade EJA. A reduzida disponibilidade é justificada por gestores pela ausência de demanda, supostamente evidenciada pela queda do número de matrículas. As matrículas dessa modalidade no Ensino Fundamental caíram de 2,1 milhões em 2018 para 1,6 milhão em 2023, enquanto a EJA no Ensino Médio caiu de 1,4 milhão para 1 milhão no mesmo período. Essas matrículas são, em grande parte, de pessoas pretas e pardas (74%), e, especialmente na EJA no Ensino Fundamental, há número considerável de matrículas na zona rural (36%).

Em sua imensa maioria, os 70 milhões de brasileiros sem educação básica são trabalhadores estudantes que precisam da EJA e, por características muito próprias a essa condição, não podem frequentar tempos e espaços educacionais, nem mesmo estar submetidos a propostas pedagógicas projetadas, exclusivamente, para a realidade de crianças e adolescentes. Insistir na imposição de um modelo de escola e de currículo que não dialoga com a realidade das pessoas é também parte das razões para a redução das matrículas nessa modalidade.

(Maria Margarida Machado, "Um retorno necessário na estrada da vida", Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatiq.org.br/eja-um-retorno-necessario-na-estrada-da-vida/>. Adaptado)

01. Com base no texto, é correto afirmar que uma das causas da redução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é

- (A) a consolidação de um modelo de ensino pensado para crianças e adolescentes, que ignora as necessidades específicas dos trabalhadores estudantes.
- (B) a dificuldade de identificar corretamente o público-alvo da EJA, por falta de dados atualizados dos Estados sobre o analfabetismo.
- (C) a resistência das redes de ensino em manter turmas noturnas com poucos alunos, o que reduz o interesse da população em concluir o ensino básico.
- (D) a diminuição, ocorrida nas últimas décadas, no número de jovens, adultos e idosos analfabetos e que não concluíram o ensino básico.
- (E) o desinteresse crescente das populações rurais e periféricas, que priorizam o ingresso precoce no mercado de trabalho em detrimento da escolarização.

02. Ao fazer referência à história brasileira, a autora

- (A) reconhece que a herança colonial e escravocrata deixou marcas profundas na estrutura educacional brasileira, o que explica o baixo percentual de pessoas pretas e pardas entre os matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- (B) sugere que o atraso educacional brasileiro decorre da falta de recursos financeiros advindos de um passado de exploração econômica do qual o país não se recuperou, mesmo com a Proclamação da República.
- (C) evidencia uma contradição histórica: embora o Brasil tenha adotado formalmente o regime republicano, não concretizou o ideal de igualdade de direitos, especialmente na educação pública.
- (D) afirma que a educação é tratada, desde o período colonial, como mero indicador de modernização administrativa do Estado, o qual não se compromete verdadeiramente com a diminuição do analfabetismo.
- (E) demonstra que o país, mesmo tendo se libertado da colonização, perpetuou práticas elitistas que impedem o acesso da maioria da população à educação.

03. Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi empregada em sentido figurado no texto.

- (A) "A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é o retorno necessário para que **rumos** possam ser alterados..." (1º parágrafo)
- (B) "Os dados divulgados por órgãos oficiais revelam o tamanho do **desafio** que ainda enfrentamos..." (1º parágrafo)
- (C) "... tendo **proclamado** a República em 1889, não tornou ainda republicana a garantia de direitos fundamentais..." (2º parágrafo)
- (D) "A reduzida disponibilidade é justificada por gestores pela ausência de **demand**a, supostamente evidenciada..." (3º parágrafo)
- (E) "... especialmente na EJA no Ensino Fundamental, há número considerável de matrículas na zona **rural** (36%)." (3º parágrafo)

04. Considere as frases a seguir:

- "... Portugal, país do qual fomos colônia **por** mais de três séculos..." (2º parágrafo)
- "A reduzida disponibilidade é justificada **por** gestores pela ausência de demanda..." (3º parágrafo)
- "... trabalhadores estudantes que precisam da EJA e, **por** características muito próprias a essa condição..." (4º parágrafo)

É correto afirmar que as palavras destacadas expressam, respectivamente, sentido de

- (A) duração, causa e meio.
- (B) causa, agente e meio.
- (C) meio, causa e causa.
- (D) duração, agente e causa.
- (E) meio, meio e agente.

05. Assinale a alternativa em que o trecho foi reescrito em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- (A) Ficam revelados, por meio de dados divulgados por órgãos oficiais, o tamanho do desafio que ainda enfrentamos em relação à não escolarização... (1º parágrafo)
- (B) Trata-se de quase sete vezes a população total hoje de Portugal, país do qual fomos colônia por mais de três séculos e de quem herdamos... (2º parágrafo)
- (C) Essas matrículas são, em grande parte, de pessoas pretas e pardas (74%), e, especialmente na EJA no Ensino Fundamental, é considerável as matrículas na zona rural (36%). (3º parágrafo)
- (D) Existe quase 70 milhões de brasileiros sem educação básica que são trabalhadores estudantes e que precisam da EJA... (4º parágrafo)
- (E) A insistência na imposição de um modelo de escola e de currículo que não dialoga com a realidade das pessoas são as razões para a redução das matrículas... (4º parágrafo)

Leia o texto a seguir para responder às questões de 06 a 10:

Cor-de-Rosa

O vizinho mandou pintar de cor-de-rosa sua casa, e de azul-claro o beiral das janelas. Esta providência dá margem a algumas divagações que aqui se transmitem ao leitor, nosso companheiro. O ato do vizinho é muito mais importante do que lhe parece a ele. Afirma um sentimento de confiança na civilização mediterrânea, e o propósito de contribuir para que todos nós, residentes ou transeuntes, recuperemos um pouco da beatitude perdida.

De uns anos para cá as ruas passaram a ser percorridas por elementos suspeitos, que, avaliando em metros quadrados aéreos os terrenos onde se erguem as habitações humanas, logo procuram seus proprietários e lhes propõem botar aquilo no chão. A aquiescência imediata dos interpela-

dos revela estranha propensão ao suicídio, praticado através da destruição de algo fundamental como é a casa em que vivemos.

Mas o vizinho reagiu contra essa psicose grupal, e dali sorriem pintadas de rosa as paredes de sua casa. Vale dizer que ele não atendeu o telefone, quando o chamaram para consultá-lo vagamente sobre a hipótese da derrubada, que não compareceu ao escritório onde peritos blandiciosos o convenceriam da inconveniência de morar à maneira antiga, metendo em brios o seu amor-próprio, pois se todo mundo desistiu de tal maneira, por que só ele continua teimando? Ou compareceu, foi amaciado, reagiu, tornaram a amaciá-lo, esteve a ponto de ceder, a vista se lhe turvou qual plúmbeo véu, eram tantos milhões de cruzeiros, mas cobrou ânimo e reagiu outra vez, o senhor é louco, não vê que a valorização naquela zona o proíbe de continuar a deter o surto imobiliário, isso é um crime, o senhor está perdendo dez mil cruzeiros por semana, onde é que anda o amor que devota a seus filhos, e o gabarito, e a vaga na garagem, e o fabuloso jardim de inverno, e o vizinho vai capitular, não, ainda, não; passa-lhe pela mente o frontispício cor-de-rosa, com elementos azuis, de uma antiga mansão onde a vida era feliz, ou pelo menos ficou sendo naquele tempo; depois que considerou bem, o vizinho enxuga o suor da testa, grita NÃÃÃO, e sai e chama o pintor e lhe ordena: pinte tudo cor-de-rosa, com os beirais e as janelas de azul de mês de Maria, quero minha casa bem bonita, como bonito era o sobradão de 1800 e tantos onde meu bisavô nasceu, e quero ver, mas quero ver quem derruba minha casinha!

(Carlos Drummond de Andrade, "Cor-de-Rosa", Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/17455/cor-de-rosa>. Adaptado)

06. Na crônica, o ato do vizinho de pintar a casa de cor-de-rosa e os beirais de azul-claro é descrito como

- (A) uma tentativa de preservar a aparência agradável da residência, adequando-a aos padrões de modernização urbana sem, contudo, abrir mão de certa identidade pessoal.
- (B) uma adesão parcial e inconsciente ao discurso da especulação imobiliária, que transforma o espaço doméstico em mercadoria, ainda que o vizinho não perceba o caráter simbólico de sua decisão.
- (C) um desejo de destacar-se socialmente em relação aos demais moradores, adotando cores que expressem sua individualidade e sua resistência aos especuladores imobiliários.
- (D) uma aceitação da força avassaladora do progresso, pois o gesto de pintar a casa com cores antiestéticas revela a sensação de impotência pelas transformações urbanas inevitáveis.
- (E) um inconformismo diante do avanço da lógica destrutiva do mercado, o que dá ensejo a um ato de resistência simbólica e de afeto pela casa.

07. A partir da leitura da crônica, é correto afirmar que o narrador expressa sua perplexidade ao tratar

- (A) da escolha das cores cor-de-rosa e azul-claro, ironizando o sentimentalismo de um vizinho incapaz de aceitar a realidade econômica moderna.
- (B) da contradição entre o discurso do vizinho, que defende a preservação das casas antigas, e sua admiração velada pela força transformadora do mercado imobiliário.
- (C) da apresentação caricatural do vizinho, descrito como um sujeito excêntrico e anacrônico, cuja resistência é tratada com condescendência benevolente.
- (D) do contraste entre o tom exaltado do vizinho e a ineficácia prática de seu ato, entendido como fracasso na luta contra a especulação imobiliária urbana.
- (E) da aparente simplicidade do gesto do vizinho e seu valor simbólico, expondo a inversão de valores de uma sociedade que vê na demolição um sinal de progresso.

08. Assinale a alternativa em que o acréscimo de uma vírgula a trecho do texto preserva o sentido original e está de acordo com a norma-padrão de emprego desse sinal de pontuação.

- (A) Esta providência, dá margem a algumas divagações que aqui se transmitem ao leitor, nosso companheiro. (1º parágrafo)
- (B) De uns anos para cá, as ruas passaram a ser percorridas por elementos suspeitos... (2º parágrafo)
- (C) A aquiescência imediata dos interpelados, revela estranha propensão ao suicídio... (2º parágrafo)
- (D) Mas o vizinho reagiu contra essa psicose grupal, e dali sorriem pintadas de rosa, as paredes de sua casa. (3º parágrafo)
- (E) ... que não compareceu ao escritório onde peritos blandícios o convenceriam, da inconveniência de morar à maneira antiga... (3º parágrafo)

09. Considere o trecho a seguir:

- “A **aquiescência** imediata dos **interpelados** revela estranha **propensão** ao suicídio, praticado através da destruição de algo fundamental como é a casa em que vivemos.” (2º parágrafo)

É correto afirmar que as palavras destacadas podem ser substituídas, respectivamente e sem prejuízo de sentido original, por:

- (A) anuência ... questionadores ... tendência
- (B) recusa ... consultados ... inclinação
- (C) concordância ... indagados ... inclinação
- (D) hesitação ... intimidados ... disposição
- (E) divergência ... convidados ... oposição

10. Assinale a alternativa em que o trecho foi reescrito em conformidade com a norma-padrão de regência e emprego do acento indicativo de crase.

- (A) Esta providência suscita às divagações que aqui se transmitem ao leitor, nosso companheiro. (1º parágrafo)
- (B) ... o propósito de trazer contribuições à todos nós, residentes ou transeuntes, para que recuperemos um pouco da beatitude... (1º parágrafo)
- (C) Mas o vizinho reagiu à essa psicose grupal, e dali sorriem pintadas de rosa as paredes de sua casa. (3º parágrafo)
- (D) Vale dizer que ele não atendeu o telefone, quando o chamaram para consultá-lo vagamente à respeito da hipótese da derrubada... (3º parágrafo)
- (E) ... vem-lhe à mente o frontispício cor-de-rosa, com elementos azuis, de uma antiga mansão... (3º parágrafo)

11. Considere que uma pessoa gastou a quarta parte do que tinha. Em seguida, gastou a quarta parte do que havia restado. Em sequência, do que havia restado após o último gasto, novamente gastou a quarta parte.

É correto afirmar que, ao final, sobrou uma porcentagem entre

- (A) 35% e 40% do que essa pessoa tinha inicialmente.
- (B) 40% e 45% do que essa pessoa tinha inicialmente.
- (C) 45% e 50% do que essa pessoa tinha inicialmente.
- (D) 50% e 55% do que essa pessoa tinha inicialmente.
- (E) 55% e 60% do que essa pessoa tinha inicialmente.

12. Em uma metalúrgica, há duas máquinas que produzem parafusos, em etapas, com as seguintes peculiaridades:

- Uma produz 6 parafusos a cada 6 minutos e automaticamente embala esses 6 parafusos em um saco plástico.
- A outra produz 9 parafusos a cada 9 minutos e automaticamente embala esses 9 parafusos em um saco plástico.
- Quando as duas máquinas encerram suas etapas ao mesmo tempo, há um mecanismo que embala os 15 parafusos, produzidos pelas duas máquinas, em um mesmo saco plástico.

Em certo dia, as duas máquinas foram acionadas ao mesmo tempo e trabalharam ininterruptamente por 216 minutos. Nesse período, a quantidade de parafusos embalados em sacos de 6 e de 9 supera a quantidade embalada em sacos de 15 parafusos em

- (A) 64.
- (B) 72.
- (C) 78.
- (D) 84.
- (E) 90.

13. Em um depósito de madeira, foram encontradas várias ripas de mesma largura e espessura, mas com comprimentos diferentes. Havia, ao todo, 15 ripas, com os seguintes comprimentos: 6 ripas com 4 m, 5 ripas com 3,6 m e 4 ripas com 2,8 m. O dono do depósito resolveu cortar todas as ripas em partes do mesmo tamanho e com o maior comprimento possível, de modo a não sobrar qualquer pedaço que não fosse do comprimento estipulado.

Cortadas as 15 ripas dessa maneira, quantos pedaços foram obtidos?

- (A) 133
- (B) 128
- (C) 125
- (D) 116
- (E) 109

14. Em uma fábrica, o número de funcionárias mulheres é 60% menor do que o número de funcionários homens. Tentando deixar essa relação mais equilibrada, a administração da fábrica demitiu 20% dos funcionários homens e contratou mulheres, em um número equivalente a 50% do número das funcionárias que já trabalhavam lá.

Com essas alterações, o número de funcionárias mulheres passou a ser

- (A) 15% menor do que o número de funcionários homens.
 - (B) 20% menor do que o número de funcionários homens.
 - (C) 25% menor do que o número de funcionários homens.
 - (D) 30% menor do que o número de funcionários homens.
 - (E) 35% menor do que o número de funcionários homens.
15. Uma herança de R\$ 175.000,00 vai ser dividida entre dois irmãos de forma diretamente proporcional ao número de filhos de cada um deles. Rodrigo tem três filhos, e Bruna, sua irmã, tem dois filhos. Outra exigência é que cada um deles divida o que recebeu com os filhos de forma diretamente proporcional à idade de cada um deles. As idades dos filhos de Rodrigo são: 15, 12 e 8 anos, e as dos filhos de Bruna são: 9 e 5 anos.

A diferença, em valor absoluto, entre o que receberá o filho mais novo de Rodrigo e o filho mais novo de Bruna é de R\$

- (A) 500,00.
 - (B) 1.000,00.
 - (C) 1.500,00.
 - (D) 2.000,00.
 - (E) 2.500,00.
16. Cinco amigas têm, no total, a quantia de R\$ 1.265,00. Marina tem exatamente a metade do que Cláudia. Luzia tem 600 reais a menos do que o triplo da quantia de Cláudia, e Rosilene tem $\frac{2}{3}$ do que Luzia tem. Teresa tem mil reais menos a quantia que Cláudia tem.

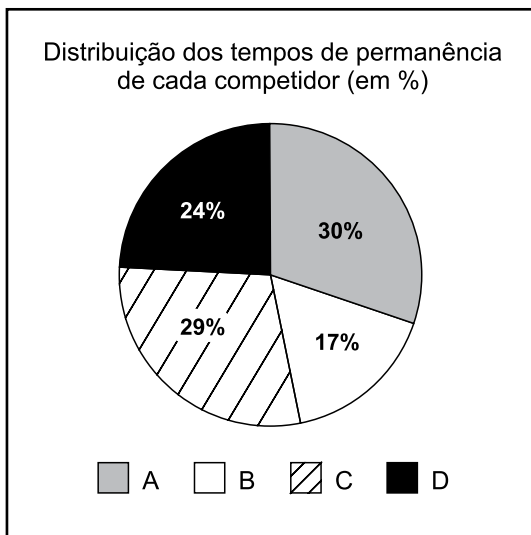
A soma das quantias de quem mais tem e de quem menos tem é igual a R\$

- (A) 830,00.
- (B) 810,00.
- (C) 800,00.
- (D) 790,00.
- (E) 780,00.

17. O produto entre um número inteiro positivo N e o seu sucessor, somado com o produto entre o dobro de N e seu sucessor, é igual a 198.

O algarismo das unidades do número que é o triplo de N é o

- (A) 1.
(B) 2.
(C) 5.
(D) 8.
(E) 9.
18. Em uma competição de resistência, a equipe vencedora, composta de quatro competidores, permaneceu competindo em um tempo total de 6 horas e 48 minutos, com os respectivos tempos de permanência de cada competidor da equipe discriminados no gráfico a seguir:



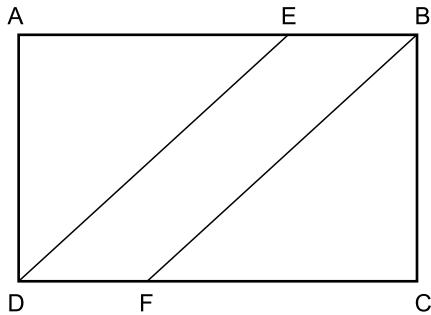
Com base nesses dados, é correto afirmar que o tempo do competidor A foi de

- (A) 1 hora, 52 minutos e 28 segundos.
(B) 1 hora, 53 minutos e 6 segundos.
(C) 1 hora, 58 minutos e 18 segundos.
(D) 2 horas, 2 minutos e 24 segundos.
(E) 2 horas, 4 minutos e 36 segundos.

19. Um taxista preencheu $\frac{1}{4}$ do volume do tanque pagando R\$ 5,40 o litro de gasolina, $\frac{1}{3}$ do volume do tanque a R\$ 5,20 o litro de gasolina e completou o tanque com o preço da gasolina a R\$ 5,10 o litro.

Considerando, para efeitos de cálculo, que o tanque estava originalmente vazio, é correto afirmar que o preço médio por litro de gasolina pago por esse taxista foi mais próximo de R\$

- (A) 5,25.
(B) 5,23.
(C) 5,21.
(D) 5,19.
(E) 5,17.
20. A figura a seguir (fora de escala), na qual o quadrilátero ABCD é um retângulo e o quadrilátero BFDE é um paralelogramo, representa o projeto inicial do logotipo de uma empresa:



Qual é a razão entre a área do paralelogramo BFDE e a soma das áreas dos dois triângulos AED e BCF?

Dados: $AE = 15$ cm; $DF = 12$ cm; perímetro do paralelogramo BFDE = 58 cm.

- (A) $\frac{1}{3}$
(B) $\frac{3}{5}$
(C) $\frac{2}{3}$
(D) $\frac{4}{5}$
(E) $\frac{5}{6}$

21. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara de sua competência exclusiva é denominada de projeto de

- (A) decreto legislativo e independe de sanção do prefeito.
- (B) resolução e depende de sanção do prefeito.
- (C) decreto legislativo, aprovado em um só turno de votação, e depende de sanção do prefeito.
- (D) resolução, aprovado pelo Plenário e promulgado pelo presidente da Câmara.
- (E) resolução, aprovado em dois turnos de votação, e independe de sanção do prefeito.

22. Laura é servidora pública do município de Mogi das Cruzes, recentemente aprovada em concurso público, tendo entrado em exercício no dia 15 de janeiro de 2024. Em decorrência da sua eficiência no trabalho, ela foi convidada para exercer um cargo de provimento em comissão, o que se deu a partir do dia 15 de janeiro de 2025.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 82, de 7 de janeiro de 2011, é correto afirmar:

- (A) Laura não poderia ter aceitado exercer um cargo de provimento em comissão, pois esse tipo de cargo é destinado exclusivamente para os indivíduos que não fazem parte do quadro da Administração Pública.
- (B) o período em que Laura estiver exercendo o cargo de provimento em comissão será considerado como tempo de efetivo exercício para fins da contagem do prazo de 03 (três) anos do estágio probatório.
- (C) após entrar em exercício no serviço público, Laura só terá o período de estágio probatório suspenso se entrar em gozo de licença para tratamento de saúde ou para atividade política, devendo o período do exercício do cargo em comissão ser contado para todos os fins legais, inclusive para promoção por antiguidade.
- (D) admite-se que Laura passe a exercer o cargo em comissão, mas, para isso, deverá afastar-se do cargo de provimento efetivo, uma vez que são incompatíveis, sendo interrompido o prazo do estágio probatório no primeiro dia do exercício do cargo em comissão.
- (E) pelo menos 06 (seis) meses antes de finalizado o período de estágio probatório de Laura, será submetida a homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho da servidora, mas, em decorrência do exercício do cargo de provimento em comissão, presume-se que ela está apta para adquirir a estabilidade.

23. Letícia é servidora pública do município de Mogi das Cruzes desde 1º de janeiro de 2021. Em janeiro de 2025, após processo administrativo disciplinar, no qual foram garantidos o contraditório e a ampla defesa, ela foi penalizada com suspensão. Como está se aproximando o fim do período para ter direito à progressão horizontal, ela se dirigiu até o setor responsável para obter mais informações.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 83, de 7 de janeiro de 2011, é correto afirmar:

- (A) para ter direito à progressão horizontal, Letícia deverá apresentar requerimento, devidamente instruído, com a apresentação do respectivo certificado, nos prazos especificados em regulamento, desde que após 01 (um) ano da penalidade de suspensão.
- (B) como ela foi penalizada com suspensão, e não com multa, em processo administrativo disciplinar, não há qualquer implicação na progressão horizontal, devendo esta ocorrer se ela obtiver, pelo menos, nota 8 (oito) na avaliação de desempenho.
- (C) a progressão horizontal de Letícia depende da obtenção de, pelo menos, nota 7 (sete) em processo de avaliação de desempenho, o qual contemplará a análise de sua assiduidade, postura profissional e privada, responsabilidade e economia de recursos, além de outros aspectos.
- (D) a progressão horizontal de Letícia depende da apresentação de pelo menos dois certificados de conclusão de cursos relacionados com suas atribuições, com a expressa indicação das horas concluídas, bem como o intervalo de 06 (seis) meses da data em que finalizada a penalidade de suspensão.
- (E) Letícia não terá direito à evolução funcional, uma vez que sofreu penalidade de suspensão, por processo administrativo disciplinar, no período aquisitivo da evolução funcional.

24. Marcela é servidora pública do município de Mogi das Cruzes e, por não dar importância para esse tipo de programa, negou-se a participar de programa de treinamento exigido de todos os servidores da mesma situação funcional.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 198, de 22 de agosto de 2025, é correto afirmar que Marcela cometeu uma infração disciplinar

- (A) leve e está sujeita à sanção de advertência, por meio da qual se reprova, por escrito, a conduta da servidora.
- (B) média do grupo I e está sujeita à sanção de suspensão, até que participe do programa de treinamento.
- (C) média do grupo II e está sujeita à multa de até um salário mínimo.
- (D) leve e está sujeita à sanção de suspensão, até que participe do programa de treinamento.
- (E) grave e está sujeita à multa de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e advertência verbal, por meio da qual se reprova a conduta da servidora.

25. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Complementar nº 198, de 22 de agosto de 2025.

- (A) A pena de destituição de função de confiança implica a impossibilidade de ser investido em função dessa natureza durante o período de 08 (oito) anos, a contar do ato de punição.
- (B) A advertência tem seu registro cancelado, após o decurso de 02 (dois) anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- (C) O acusado, no processo administrativo disciplinar, defende-se contra a imputação de fatos ilícitos, podendo a autoridade administrativa adotar capitulação legal diversa da que lhes deu a comissão processante, sem que implique cerceamento de defesa.
- (D) O comparecimento espontâneo do acusado em ato processual não supre os vícios formais relativos à comunicação de sua realização, em face do formalismo procedimental.
- (E) A simples alegação de injustiça da penalidade constitui fundamento idôneo para o pedido de revisão do processo administrativo disciplinar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Conforme dispõe a Lei Complementar nº 101/2000, entende-se por receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos de alguns itens. Uma dedução comum na União, nos Estados e nos Municípios é a

- (A) transferência da arrecadação do PIS e do Pasep.
- (B) contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
- (C) contribuição dos patrocinadores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
- (D) entrega de recursos aos municípios por determinação constitucional.
- (E) transferência de recursos aos Estados e municípios por determinação constitucional ou legal.

27. Em uma empresa industrial, a compra de matérias-primas, os salários da equipe de vendas, a depreciação das máquinas usadas na produção e o pagamento de juros são respectivamente classificados, conforme a terminologia adotada em contabilidade de custos, como:

- (A) custo, despesa, custo e despesa.
- (B) investimento, custo, despesa e desembolso.
- (C) custo, despesa, custo e desembolso.
- (D) investimento, despesa, custo e desembolso.
- (E) custo, despesa, despesa e despesa.

28. Uma empresa fabrica três diferentes produtos para os quais existem custos fixos de \$ 500.000 comuns a todos eles. Em função disso, na utilização do custeio por absorção, é necessário que se estabeleça um critério de rateio para atribuir uma parte dos custos fixos a cada produto. Considere que foi adotada, como base de rateio, a utilização de horas máquina por produto, conforme a tabela a seguir:

Produto	Horas Máquina Utilizadas
X	1.500
Y	2.500
Z	1.000
TOTAL	5.000

Segundo o exposto, a taxa de rateio e a distribuição dos custos fixos aos produtos serão:

- (A) \$ 50, \$ 100.000 para X, \$ 250.000 para Y e \$ 150.000 para Z.
- (B) \$ 50, \$ 150.000 para X, \$ 250.000 para Y e \$ 100.000 para Z.
- (C) \$ 100, \$ 250.000 para X, \$ 150.000 para Y e \$ 100.000 para Z.
- (D) \$ 100, \$ 200.000 para X, \$ 150.000 para Y e \$ 150.000 para Z.
- (E) \$ 100, \$ 150.000 para X, \$ 250.000 para Y e \$ 100.000 para Z.

Leia o enunciado a seguir para responder às questões 29 e 30:

A empresa Pitangueira Industrial Ltda. iniciou o atual período sem estoques e nele seus Custos Fixos foram de R\$ 2.000.000,00. Nesse intervalo, foram produzidas 500.000 unidades do seu único produto, o perfume aroma de pitanga, que, no mesmo período, vendeu 450.000 unidades. Cada frasco foi vendido a R\$ 50,00, com custos variáveis unitários de R\$ 20,00, sendo que ainda há despesas administrativas de R\$ 300.000,00 e comerciais de R\$ 200.000,00, além de 5% das vendas a título de comissões.

29. A partir do exposto e com base no custeio por absorção, o lucro bruto, o lucro operacional e o valor dos estoques finais são, em reais, respectivamente:

- (A) 10.075.000,00; 11.700.000,00 e 1.200.000,00.
- (B) 10.075.000,00; 11.700.000,00 e 1.000.000,00.
- (C) 11.700.000,00; 10.075.000,00 e 1.200.000,00.
- (D) 11.700.000,00; 10.075.000,00 e 1.000.000,00.
- (E) 12.375.000,00; 10.075.000,00 e 1.000.000,00.

30. Considerando a adoção do custeio variável, a margem de contribuição, o lucro operacional e o valor dos estoques finais são, em reais, respectivamente:

- (A) 12.375.000,00; 9.875.000,00 e 1.000.000,00.
- (B) 12.375.000,00; 9.875.000,00 e 1.200.000,00.
- (C) 13.500.000,00; 9.875.000,00 e 1.000.000,00.
- (D) 13.500.000,00; 11.000.000,00 e 1.000.000,00.
- (E) 13.500.000,00; 11.000.000,00 e 1.200.000,00.

Observe os balanços apresentados a seguir para responder às questões 31 e 32:

São apresentados os balanços patrimoniais da Cia. Breve, encerrados ao final dos exercícios X0 e X1, considerando que, durante o ano de X1, a inflação foi de 50%:

Ativo	31/12/X0	31/12/X1	Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/X0	31/12/X1
Caixa e Equivalente de Caixa	1.500	1.800	Fornecedores	15.000	25.000
Clientes Líquido	32.000	50.000	Salários, Tributos e Contribuições a pagar	25.000	40.000
Estoques	19.500	28.200	Empréstimos Bancários	20.000	50.000
Ativo Circulante	53.000	80.000	Passivo Circulante	60.000	115.000
Realizável a Longo Prazo	8.000	12.000	Financiamentos	45.000	50.000
Investimentos	22.000	37.000	Passivo Não Circulante	45.000	50.000
Imobilizado	85.000	150.000	Capital	30.000	30.000
Intangível	13.000	15.000	Reservas	46.000	99.000
Ativo Não Circulante	128.000	214.000	Patrimônio Líquido	76.000	129.000
Ativo Total	181.000	294.000	Total Passivo + Patrimônio Líquido	181.000	294.000

31. Os crescimentos ou decréscimos reais (em percentual arredondado, sem casas decimais) das contas Caixa e Equivalentes de Caixa, Clientes Líquido e Estoques foram respectivamente de:

- (A) -20%, +4% e -4%.
- (B) -20%, -4% e +4%.
- (C) 0%, -28% e +4%.
- (D) 0%, +4% e -4%.
- (E) +20%, +4% e -4%.

32. Com base nos balanços de 31/12/X0 e 31/12/X1 da Cia. Breve, é correto afirmar que o crescimento real do Ativo
- (A) Não Circulante foi mais expressivo do que o do Ativo Circulante e maior também do que o ocorrido no Patrimônio Líquido.
 - (B) Não Circulante foi mais expressivo do que o do Ativo Circulante, porém inferior quando comparado ao crescimento do Passivo não Circulante.
 - (C) Não Circulante foi mais expressivo do que o do Ativo Circulante, ao passo que no Patrimônio Líquido houve queda real de valor.
 - (D) Circulante foi mais expressivo do que o do Ativo Não Circulante, ao passo que no Passivo não Circulante houve queda real de valor.
 - (E) Não Circulante foi mais expressivo do que o do Ativo Circulante, ao passo que no Passivo não Circulante houve queda real de valor.

Considere os dados do balancete de verificação da Comercial Jota Ltda., em 31/12/X0, para responder as questões 33 e 34:

Balancete de Verificação – Comercial Jota Ltda. em 31/12/X0 em \$			
Contas Devedoras		Contas Credoras	
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.000	Adiantamento de Clientes	40.000
Capital a Integralizar	50.000	Capital Social	120.000
Clientes	94.000	Depreciação Acumulada Veículos	40.000
Custo das Mercadorias Vendidas	180.000	Despesas a pagar	8.000
Despesa PECLD (1)	2.000	Empréstimos Bancários	38.000
Despesa de Depreciação Veículos	20.000	Financiamentos	15.000
Despesas Administrativas	15.000	PECLD (2)	2.000
Despesas Comerciais	25.000	Receitas de Vendas	300.000
Despesas Financeiras	3.000	Receitas Financeiras	2.000
Devolução de Vendas	14.000	Reserva Legal	8.000
Prejuízos Acumulados	62.000		
Veículos	100.000		
Total Débitos	573.000	Total Créditos	573.000

33. Com base exclusivamente nas contas apresentadas no balancete de verificação da Cia Jota Ltda., em 31/12/X0, o lucro do ano X0 foi de:
- (A) \$ 223.000
 - (B) \$ 221.000
 - (C) \$ 83.000
 - (D) \$ 43.000
 - (E) \$ 41.000
34. O patrimônio líquido e o ativo total, no balanço patrimonial de 31/12/X0, após o encerramento do balancete de verificação da Cia Jota Ltda., foram respectivamente de:
- (A) \$ 109.000 e \$ 210.000
 - (B) \$ 59.000 e \$ 160.000
 - (C) \$ 99.000 e \$ 160.000
 - (D) \$ 59.000 e \$ 200.000
 - (E) \$ 57.000 e \$ 200.000

35. Uma empresa comercial compra um lote de mercadorias para revenda no valor total de \$ 100.000, no qual está incluído ICMS de \$ 12.000, sendo 30% à vista e o saldo a prazo. A correta contabilização dessa operação corresponde a:

(A) Mercadorias	100.000
a diversos	100.000
a caixa	30.000
a fornecedores	70.000

(B) Mercadorias	100.000
a diversos	100.000
a caixa	26.400
a fornecedores	61.600
a ICMS a pagar	12.000

(C) Diversos	100.000
Mercadorias	88.000
ICMS a recuperar	12.000
a diversos	100.000
a caixa	30.000
a fornecedores	70.000

(D) Diversos	100.000
Mercadorias	88.000
ICMS a recuperar	12.000
a diversos	100.000
a caixa	26.400
a fornecedores	61.600
a ICMS a pagar	12.000

(E) Diversos	100.000
Mercadorias	88.000
ICMS a recuperar	12.000
a diversos	100.000
a caixa	18.000
a fornecedores	70.000
a ICMS a pagar	12.000

36. Segundo o Regulamento de Imposto de Renda – Pessoa jurídica, o imposto de renda das pessoas jurídicas será determinado com base

(A) no lucro real ou presumido, por períodos de apuração semestrais, sendo que a pessoa jurídica sujeita à tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento mensal do imposto.

(B) no lucro real ou arbitrado, por períodos de apuração trimestrais, sem que exista opção para pagamento do imposto para prazos diferentes.

(C) no lucro real somente e por períodos de apuração trimestrais, podendo optar pelo pagamento mensal do imposto.

(D) no lucro real, presumido, ou arbitrado, por períodos de apuração trimestrais e, independentemente do regime tributário a que esteja sujeita, a pessoa jurídica poderá optar pelo pagamento mensal do imposto.

(E) no lucro real, presumido, ou arbitrado, por períodos de apuração trimestrais, sendo que a pessoa jurídica sujeita à tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento mensal do imposto.

37. Quanto aos objetivos da auditoria e do auditor independente, é correto afirmar que o objetivo da auditoria é

- (A) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, cabendo ao auditor obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.
- (B) garantir máxima confiabilidade às demonstrações contábeis por parte dos usuários, cabendo ao auditor obter máxima segurança de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.
- (C) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, cabendo ao auditor obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de fraude ou erro.
- (D) garantir máxima confiabilidade às demonstrações contábeis por parte dos usuários, cabendo ao auditor obter máxima segurança de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de fraude ou erro.
- (E) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, cabendo ao auditor obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de fraude ou erro, tendo o dever de apontar fraude ou erro que identifique.

38. De acordo com as NBCTA 700, 701 e 705, aplicáveis desde 31/12/2016, as opiniões dos auditores são divididas em:

- (A) opinião com ressalva, opinião adversa e abstenção de opinião.
- (B) modificada e não modificadas, estas divididas em três tipos de opiniões: opinião com ressalva, opinião adversa e abstenção de opinião.
- (C) não modificada e modificadas, divididas em dois tipos de opiniões: opinião com ressalva e opinião adversa, e uma terceira, a abstenção de opinião, que não se enquadra nem como não modificada nem como modificada.
- (D) não modificada e modificadas, estas divididas em três tipos de opiniões: opinião com ressalva, opinião adversa e abstenção de opinião.
- (E) não modificada e modificada, sem que existam divisões em tipos diferentes de opiniões modificadas.

39. A NBC TA 700 estabelece que, em relação a controles internos, a responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis do relatório do auditor deve também
- (A) obter entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade, a não ser que o auditor também tenha responsabilidade de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos junto com a auditoria das demonstrações contábeis, quando deve omitir a frase de que a consideração do auditor sobre os controles internos não tem a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
 - (B) obter entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade, pois é expressamente impedido de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos, uma vez que sua atuação é restrita exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis.
 - (C) obter entendimento de todos os controles internos para a auditoria, a fim de planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias e também para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade, devendo especificar que a consideração do auditor sobre os controles internos tem a finalidade de expressar uma opinião sobre auditoria das demonstrações contábeis e sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
 - (D) interpretar e avaliar os controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, de modo a poder atestar no relatório de auditoria sua eficácia e expressar uma opinião de que controles internos da entidade são suficientes para evitar erros e fraudes, permitindo, como consequência, ampliar sua conclusão quanto à segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.
 - (E) interpretar e avaliar todos os controles internos para a auditoria, a fim de planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias e também para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade, de forma a garantir elevado nível de segurança, que traga confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
40. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, estabelece que a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance é classificada como
- (A) concurso.
 - (B) leilão.
 - (C) concorrência.
 - (D) pregão.
 - (E) diálogo competitivo.
41. Conforme a Lei nº 4.320/64, em seu art. 11, com redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939/1982, as receitas são classificadas em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. São classificadas como Receitas Correntes:
- (A) constituição de dívidas; receitas tributárias e patrimonial.
 - (B) patrimonial; agropecuária e industrial.
 - (C) conversão, em espécie, de bens e direitos; industrial e de serviços.
 - (D) constituição de dívidas; agropecuária e industrial.
 - (E) superávit do orçamento corrente; receitas tributárias e patrimonial.
42. Em seu art. 51, a Lei nº 4.320/64 estabelece que nenhum tributo será
- (A) exigido sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado, em cada exercício, sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.
 - (B) exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado, em cada exercício, sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.
 - (C) exigido sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado, em cada exercício, sem prévia autorização orçamentária.
 - (D) exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado, em cada exercício, sem prévia autorização orçamentária.
 - (E) exigido, aumentado ou extinto sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado, em cada exercício, sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

43. Consideram-se subvenções:

- (A) as taxas criadas para cobrir despesas de investimento das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais as que se destinem a instituições públicas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, e subvenções econômicas as que se destinem a empresas privadas de caráter agrícola ou pastoril.
- (B) as taxas criadas para cobrir despesas de custeio e de investimento das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, e subvenções econômicas as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter agrícola ou pastoril.
- (C) as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, e subvenções econômicas as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- (D) as transferências destinadas a cobrir despesas de investimento das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, e subvenções econômicas as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- (E) as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio e de investimento das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, e subvenções econômicas as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

44. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu art. 165 § 2º, estabelece que a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal incluindo as despesas de capital

- (A) para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (B) para o exercício financeiro atual, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (C) para os exercícios financeiros atual e subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (D) e correntes para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, mas não disporá sobre as alterações na legislação tributária, e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) e correntes para os exercícios financeiros atual e subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, mas não disporá sobre as alterações na legislação tributária, e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

45. Considere o texto a seguir:

De acordo com o art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), compete ao Poder Executivo da União promover, até o dia, _____ a consolidação, nacional e por _____, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, bem como a sua divulgação. Atualmente essa competência é exercida pela(o) _____. Para viabilizar a elaboração dos demonstrativos consolidados, a lei estabelece a obrigatoriedade de envio das contas dos _____ à União.

As lacunas existentes no texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) 31 de março ... esfera de governo ... Secretaria do Tesouro Nacional ... Estados e municípios
- (B) 31 de março ... subperíodo ... Secretaria do Tesouro Nacional ... Estados
- (C) 30 de junho ... esfera de governo ... Secretaria do Tesouro Nacional ... Estados e municípios
- (D) 30 de junho ... subperíodo ... Secretaria do Tesouro Nacional ... municípios
- (E) 30 de junho ... subperíodo ... Banco Central do Brasil ... Estados e municípios

46. A renúncia de receita decorre de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária e compreende:
- (A) remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução indiscriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam ao tratamento não diferenciado.
 - (B) remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que não correspondam ao tratamento diferenciado.
 - (C) anistia, remissão, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam ao tratamento diferenciado.
 - (D) anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam ao tratamento diferenciado.
 - (E) anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam ao tratamento não diferenciado.
47. Entre os componentes do Balanço Patrimonial das entidades públicas estão o passivo financeiro e o passivo permanente. A diferença entre eles se justifica pelo passivo financeiro compreender as dívidas fundadas e outras
- (A) cujo vencimento ocorra em até 360 dias após a data do balanço patrimonial, enquanto que o passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras cujo vencimento ocorra em prazo superior a 360 dias.
 - (B) cujo vencimento ocorra em até 360 dias após a data do balanço patrimonial, enquanto que o passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras cujo vencimento não é determinado.
 - (C) que dependam de autorização legislativa, enquanto que o passivo permanente compreende as dívidas não fundadas e outras que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate.
 - (D) que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, enquanto que o passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras que o pagamento independa de autorização orçamentária.
 - (E) que o pagamento independa de autorização orçamentária, enquanto que o passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
48. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação, cabendo ao Poder executivo de cada ente colocar à disposição dos demais Poderes
- (A) os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, sendo a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo permitida sempre que houver indício de erro ou omissão de ordem técnica ou legal ou de inexecuibilidade.
 - (B) e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, sendo a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo admitida somente se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
 - (C) e do Ministério Público, no mínimo sessenta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para os dois exercícios subsequentes, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, sendo a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo admitida somente se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
 - (D) os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, no mínimo sessenta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, sendo a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo permitida sempre que houver indício de erro ou omissão de ordem técnica ou legal ou de inexecuibilidade.
 - (E) e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para os dois exercícios subsequentes, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, sendo a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo permitida sempre que houver indício de erro ou omissão de ordem técnica ou legal ou de inexecuibilidade.

49. A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a
- (A) seis meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário de obras, reformas, manutenção e serviços públicos e é escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.
 - (B) seis meses, contraídos para atender a desequilíbrio financeiro de obras, reformas, manutenção e serviços públicos e é escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.
 - (C) doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou o financeiro de obras e serviços públicos e é escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.
 - (D) doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio financeiro de obras, reformas, manutenção e serviços públicos e é escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.
 - (E) vinte e quatro meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário de obras, reformas e serviços públicos e é escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a cada bimestre, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.
50. Quanto à programação das despesas públicas, é correto afirmar que imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e, com base nos limites nela fixados, o Poder
- (A) Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar, de modo a assegurar a elas, a tempo, os recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho e reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria. As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.
 - (B) Executivo aprovará um quadro de cotas bimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar, de modo a assegurar a elas, a tempo, os recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho e reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria. As cotas bimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.
 - (C) Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar, de modo a assegurar a elas, a tempo, os recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho e reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria. As cotas trimestrais não poderão ser alteradas durante o exercício, para não comprometer a necessária continuidade da execução orçamentária.
 - (D) Legislativo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar, de modo a assegurar a elas, a tempo, os recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho e reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria. As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.
 - (E) Legislativo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar, de modo a assegurar a elas, a tempo, os recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho e reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria. As cotas trimestrais não poderão ser alteradas durante o exercício, para não comprometer a necessária continuidade da execução orçamentária.

